



Assembleia Geral da Comissão Arco Atlântico

2/3 de junho de 2016 - Pamplona (Navarra-Es)

ATA

SESSÃO DE ABERTURA

Juan José Sota Verdiñ, ministro regional da Economia, das Finanças e do Emprego da Cantábria e Presidente da Comissão Arco Atlântico (CAA), declarou aberta a Assembleia Geral de 2016 da Comissão Arco Atlântico. Agradeceu a Navarra o facto de ter organizado este acontecimento que marcava o final da Presidência da Cantábria à frente da Comissão.

Ana Ollo, porta-voz do Governo de Navarra, agradeceu a presença dos participantes. Recordou que, apesar da sua reduzida dimensão e população, Navarra era uma região dinâmica com bons resultados económicos, apostando essencialmente na investigação e inovação. A terminar, afirmou que a cooperação inter-regional era crucial para consolidar o desenvolvimento socioeconómico nos territórios atlânticos.

Pablo Azcona, presidente da Federação Navarra de Municípios e Concelhos, agradeceu à Comissão Arco Atlântico o convite recebido. Em Navarra, os municípios estavam conscientes da necessidade de conjugar esforços para enfrentar reptos comuns. Animou a Comissão Arco Atlântico a prosseguir os seus trabalhos de colaboração e identificação das oportunidades nos territórios.

Eleni Marianou, secretária-geral da CRPM, reiterou o carácter único da CRPM, já que era a única associação descentralizada representativa das realidades territoriais. Mencionou as futuras fases essenciais do calendário europeu: a revisão intercalar do quadro financeiro plurianual (QFP) da UE (final de 2016), a reforma do orçamento da UE pós- 2020, o sétimo relatório sobre a coesão (verão de 2017).

Juan José Sota Verdiñ recordou que a Cantábria estava a terminar o mandato de quatro anos à frente da Comissão Arco Atlântico. A sua Presidência esteve principalmente centrada na adoção da Estratégia Marítima Atlântica e do plano de ação correspondente. A Comissão Arco Atlântico desempenhou um papel decisivo. Além disso, a Presidência cantábrica pôs a tônica na dinamização dos grupos de trabalho, que passaram a centrar-se muito mais no desenvolvimento de projetos. Foram criados ou reativados grupos, em consonância com as prioridades que as Regiões fixaram, principalmente os grupos “Inovação” e “Turismo e cultura atlânticos”. A finalizar, **Juan José Sota Verdiñ** felicitou Bruno Retailleau, que foi eleito presidente da Comissão Arco Atlântico pela Mesa Política. Afirmou sentir-se orgulhoso e honrado por ter ocupado a Presidência da Comissão Arco Atlântico e defendido as cores dos territórios atlânticos.

Apresentação da nova Região presidente da Comissão Arco Atlântico para 2016-2018

Juan José Sota Verdiñ anunciou oficialmente a eleição pela Mesa Política de Bruno Retailleau, presidente da Região Pays de la Loire, como presidente da Comissão Arco Atlântico.

Pauline Caumont, secretária executiva da Comissão Arco Atlântico, anunciou a nova composição da [Mesa Política para o período de 2016-2018](#):

- **Espanha:** Galiza, Cantábria e País Basco
- **França:** Bretanha, Normandia e Nova Aquitânia (antes Aquitânia Limousin Poitou-Charentes)
- **Irlanda:** Northern and Western Regional Assembly
- **Portugal:** CCDR Alentejo, CCDR Lisboa e Vale do Tejo e CCDR Norte
- **Reino-Unido:** Argyll and Bute

CPMR Atlantic Arc Commission

6, rue Saint-Martin - 35700 Rennes (FR)

Tel. +33 (0)2 99 35 40 60 // +32 (0)2 612 17 05 - Email: pauline.caumont@crpm.org

www.arcatlantique.org

DISCURSO DO NOVO PRESIDENTE E APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA DE TRABALHO PARA 2016-2018

Bruno Retailleau, presidente da Região do País do Loire e presidente da Comissão Arco Atlântico, agradeceu aos participantes a sua presença e a Navarra o seu acolhimento. Felicitou a Cantábria pelo trabalho realizado no decurso dos dois últimos anos e apresentou o [programa de trabalho proposto pelo País do Loire](#) no âmbito da sua candidatura à Presidência da Comissão Arco Atlântico. Recordou que a Comissão Arco Atlântico foi criada em 1989 por iniciativa de Olivier Guichard, então presidente da Região e que foi o primeiro presidente da Comissão Arco Atlântico. Bruno Retailleau apresentou os quatro eixos de trabalho futuros:

➤ **Intensificar a pressão política**

A Comissão Arco Atlântico tinha de redobrar de esforços para fazer ouvir a voz das Regiões neste momento crucial em que estavam a ser renegociadas a política orçamental e a política de coesão. Tinha de lutar para que a Estratégia Marítima Atlântica não fosse marginalizada.

➤ **Acelerar a implementação da Estratégia Marítima Atlântica**

Deviam reforçar-se os instrumentos existentes para financiar o plano de ação da Estratégia Atlântica (Interreg Espaço Atlântico, FEMP) e para materializá-la e obter resultados concretos. Os efeitos do Plano Juncker – lançado em novembro de 2014 – faziam-se esperar. A Comissão Arco Atlântico tinha de defender a ideia de criar uma bonificação de 5% da taxa de cofinanciamento para os projetos que se enquadrassem diretamente na Estratégia.

➤ **Elaborar projetos no âmbito dos grupos de trabalho**

Os seis grupos de trabalho da Comissão Arco Atlântico tinham de elaborar projetos concretos para dar mais visibilidade à Comissão. A Comissão Arco Atlântico tinha de analisar cuidadosamente a possibilidade de lançar um Erasmus marítimo à escala do Atlântico, no intuito de responder aos objetivos da Estratégia.

➤ **Melhorar a acessibilidade dos territórios atlânticos**

A Comissão Arco Atlântico tinha de manter a sua mobilização para melhorar os corredores que atravessavam os territórios atlânticos. A acessibilidade incidia diretamente no grau de atração dos territórios. A Comissão Arco Atlântico tinha de trabalhar a partir de então na melhoria dos traçados com os olhos postos na revisão da rede transeuropeia de transporte (RTE-T).

Bruno Retailleau afirmou que os reptos do século XXI e o desenvolvimento de novos setores não tinham forçosamente de levar ao sacrifício das atividades tradicionais, como a pesca, as quais também deviam receber apoio. A política de “devolução zero” poderia ter consequências nefastas do ponto de vista económico e ambiental. A Região do País do Loire não deixaria de lutar para que as quotas de pesca se mantivessem plurianuais.

Bruno Retailleau apresentou, seguidamente, **Christophe Prioux** e **Sébastien Pilard**, representantes da Região do País do Loire, responsáveis, respetivamente, pelas questões relacionadas com a pesca e com o crescimento azul.

Submeteu a votação a ata da última reunião estatutária da Comissão Arco Atlântico, celebrada em Florença, em novembro de 2015, e a ordem do dia da presente Assembleia Geral, que foram aprovadas por unanimidade.

A terminar, agradeceu a **Pauline Caumont** o trabalho realizado pelo Secretariado Executivo e abriu a sessão seguinte.

SESSÃO 1 – RELATÓRIO DE ATIVIDADES E PERSPETIVAS DA COMISSÃO ARCO ATLÂNTICO

Pauline Caumont agradeceu ao Presidente as palavras de apoio e confirmou o compromisso do Secretariado Executivo ao serviço das Regiões membros. Apresentou o relatório de atividades da Comissão Arco Atlântico desde a celebração da Assembleia Geral de Bilbau em março de 2015. O [relatório de atividades](#) tinha sido transmitido aos membros antes da Assembleia Geral e estruturava-se em quatro eixos:

- ⇒ Mobilização da Comissão Arco Atlântico em torno da Estratégia Atlântica;
- ⇒ Grupos de trabalho da Comissão Arco Atlântico;
- ⇒ Participação da Comissão Arco Atlântico em projetos europeus;
- ⇒ Outras atividades e iniciativas da Comissão Arco Atlântico em 2015-2016.

Pauline Caumont frisou a importância das atividades de comunicação. Recordou que a web da Comissão Arco Atlântico era a mais visitada de todas as comissões geográficas da CRPM. A conta Twitter da Comissão Arco Atlântico (@Atlantic_Arc) era cada vez mais popular. Por outro lado, a CRPM e a Comissão Arco Atlântico

passariam a dispor de novas webs (lançamento previsto no segundo semestre de 2016). Perguntou o que se devia fazer com as questões de ambiente e de proteção costeira que não eram tratadas por nenhum grupo de trabalho e solicitou aos membros que refletissem sobre o assunto.

⇒ Ver a [apresentação PowerPoint](#) sobre o relatório de atividades.

Bruno Retailleau referiu-se ao ambiente e à proteção costeira sublinhando que o Fundo de Solidariedade da União Europeia (FSUE) não fora ativado quando se produziram catástrofes como a originada pelo temporal Xynthia e outros temporais em 2014, porque não tinha sido alcançado o limite exigido à escala nacional. Na [Declaração Final de 2015](#), a Comissão Arco Atlântico já reivindicava a ativação do FSUE à escala plurirregional. **Bruno Retailleau** afirmou que a CRPM devia trabalhar para que os critérios de ativação do FSUE fossem modificados.

Questões orçamentais:

Pauline Caumont recordou que os membros da Comissão Arco Atlântico recebiam os documentos financeiros antes da Assembleia Geral. Na reunião da Mesa Política o montante das quotizações sofreu alteração. Anunciou que o orçamento para o exercício de 2015 seria aprovado quando a Mesa Política da CRPM se reunisse, em junho de 2016, em Kokta. No atinente ao exercício de 2016, a quotização, igual para todas as Regiões, passaria a ascender a 5.297€ e não seria alterada em 2017.

Eleni Marianou usou da palavra para sublinhar que à Comissão Arco Atlântico faltavam membros britânicos e irlandeses. Pediu aos membros para que fizessem o possível por conseguir a incorporação de novas Regiões, dando assim mais peso à Comissão Arco Atlântico.

Laurence Harribey (Aquitânia-Limousin-Poitou-Charentes) quis saber que peso tinha a Comissão Arco Atlântico em matéria de custos, especialmente quanto aos projetos europeus.

Eleni Marianou respondeu que os projetos representavam 10% das atividades da CRPM, centradas basicamente na defesa dos interesses dos membros e no posicionamento político.

SESSÃO 2 – GRUPOS DE TRABALHO DA COMISSÃO ARCO ATLÂNTICO – SITUAÇÃO ATUAL E PERSPETIVAS

Bruno Retailleau abriu a sessão insistindo no papel estratégico dos grupos de trabalho na Comissão Arco Atlântico.

➤ *Grupo de trabalho Inovação (Aquitânia-Limousin-Poitou-Charentes)*

Laurence Harribey recordou que este grupo foi reativado na Assembleia Geral de Bilbau em 2015. Foi aprovado um [roteiro](#) com quatro setores essenciais: recursos biológicos e biotecnológicos; barcos do futuro; planeamento, acompanhamento e segurança do litoral; recursos minerais marinhos. O grupo considerou os recursos biológicos e biotecnológicos como setor prioritário, mediante o desenvolvimento de um projeto europeu. Assim, o grupo de trabalho mobilizou-se para apresentar um projeto à convocatória para apresentação de propostas “Blue Careers” do FEMP.

➤ *Grupo de trabalho Transporte (Cantábria)*

Inmaculada Valencia Bayón recordou que a Cantábria incumbira-se da Presidência do grupo em 2015. A Cantábria procurou que a Comissão Arco Atlântico estivesse representada nos diferentes fóruns do Corredor Atlântico. Referiu-se, a seguir, à [análise](#) dos resultados das convocatórias lançadas, em 2014, pelo Mecanismo Interligar a Europa, que indicava que muitos projetos de interesse não tinham recebido financiamento por motivos orçamentais. Anunciou que a Comissão Arco Atlântico desejava elaborar a curto prazo um mapa alternativo para fins de revisão dos traçados em 2023.

➤ *Grupo de trabalho Energias Marinhas Renováveis (Bretanha)*

Claire Le Tertre justificou a ausência de Jean-Michel Lopez, diretor de Energias Marinhas Renováveis da Região da Bretanha, que, nesse momento, assistia ao salão sobre energias marinhas renováveis em Biarritz. O grupo era presidido pela Bretanha desde 2013. O grupo elaborou um [mapa interativo](#) que inventariava os projetos realizados e as Regiões membros. Em 2016 foram abordadas três questões: esclarecimento do sistema de auxílios estatais, redução atempada dos riscos nas zonas em causa e ordenamento espacial.

➤ *Grupo de trabalho Turismo e Cultura Atlânticos (Astúrias)*

María del Mar Martínez Salmerón recordou que a última reunião do grupo teve lugar em Bruxelas, em setembro de 2015. A reunião tinha por objetivo explorar as oportunidades de financiamento existentes. Referiu-se depois à reunião celebrada à margem da Assembleia Geral na mesma manhã, em Pamplona, na qual os participantes tinham trabalhado sobre as futuras orientações do grupo.

➤ *Grupo de trabalho Pesca e Aquicultura (País do Loire)*

Christophe Priou recordou que o grupo foi criado, em 1994, por iniciativa da Galiza. A Região do País do Loire queria aproveitar a experiência de Giuseppe Sciacca, pessoa de referência sobre pesca na CRPM. O País do Loire definiu três prioridades: implementação do FEMP; preparação da próxima Política Comum das Pescas (PCP) pós-2020 e cooperação inter-regional. **Christophe Priou** insistiu igualmente na necessidade de colaborar estreitamente com outros atores (como AGUA) e de colocar em rede os institutos de educação e formação do setor. A obrigação de desembarcar passaria a ser um dos temas prioritários do grupo.

➤ *Grupo de trabalho Estratégia Atlântica (Secretariado Executivo)*

Pauline Caumont recordou que este era um grupo transversal que evoluía em função da atualidade europeia. Por proposta da Cantábria, o grupo foi reativado, em 2014, para facilitar o acompanhamento dos programas consagrados à implementação da Estratégia (Interreg, [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#), FEMP, etc.). O grupo reuniu-se com regularidade – 5 reuniões desde a Assembleia Geral de 2015, permitindo uma transmissão eficaz de toda a informação relativa à Estratégia Atlântica.

Bruno Retailleau propôs que os representantes das Regiões se reunissem para avaliar os projetos finalizados ou em curso nos diferentes grupos de trabalho.

Claire Le Tertre (Bretanha) manifestou a sua preocupação quanto às possíveis repercussões dos atrasos do programa “Interreg Espaço Atlântico” e recordou que agora o processo de candidatura se organizava em duas fases. Por conseguinte, os projetos aprovados só poderiam começar na primavera de 2017, e o pagamento do financiamento inicial não seria abonado antes do fim de 2017.

Eleni Marianou respondeu ao problema suscitado sugerindo uma negociação com a DG REGIO para evitar que os atores saíssem penalizados.

Bruno Retailleau anunciou a sua intenção de reunir com a comissária Corina Cretu, a quem manifestaria a sua preocupação com o programa Interreg Espaço Atlântico.

Pauline Caumont sublinhou a necessidade de conseguir o apoio dos Estados membros para facilitar o desenvolvimento do programa e agilizar o processo.

Federico Cardona Pons, representante da Unidade de Coordenação em Espanha do Mecanismo de Assistência ao Plano de Ação do Atlântico, realçou a estreita colaboração existente entre o Mecanismo e a Comissão Arco Atlântico. Recordou que Xosé Lago García (Galiza) representaria a Comissão Arco Atlântico no III Seminário “Somos Atlânticos”, a realizar em Vigo, a 9 de junho de 2016. Recordou ainda que podiam ser apresentadas propostas de seminários para a Conferência de Partes Interessadas no Atlântico prevista para 27 de setembro de 2016, em Dublin.

Bruno Retailleau agradeceu aos participantes e pôs termo ao primeiro dia da Assembleia Geral.

SESSÃO 3 – PROGRESSOS REGISTADOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA ATLÂNTICA

Pauline Caumont apresentou os progressos registados aos participantes. Recordou que o Plano de Ação fora adotado em 2013, e que era preciso realizar um balanço intercalar em 2016.

Belén Núñez-Lagos Bau, representante espanhola no Grupo Institucional “Estratégia Atlântica”, apresentou a perspetiva espanhola na Estratégia Atlântica e o papel do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação. Recordou que o Conselho e os cinco Estados membros tinham sido os motores da dita Estratégia, e destacou o trabalho do ministério na sua implementação. Mencionou ainda a participação no grupo ASG e o papel do mecanismo de assistência na coordenação interministerial e na articulação dos fundos.

Andrea Mairate, da Comissão Europeia – DG REGIO, destacou o papel dos Fundos Estruturais e de Investimento Europeus (FEIE) na implementação da Estratégia e insistiu na necessidade dos Estados membros contribuírem para incrementar os orçamentos. Assinalou a existência de uma cláusula de flexibilidade que permitia incorporar parceiros externos ao espaço do programa (até 20% do orçamento do programa). Anunciou a futura publicação de um documento (no final de 2016) para rever a política de cooperação. Seriam mantidos os três capítulos, embora se pudesse considerar a ideia de integrar melhor as estratégias macrorregionais na noção de “espaço funcional”.

Justine Jury, da Comissão Europeia – DG MARE, apresentou um novo orçamento no âmbito do programa de trabalho da DG MARE para o Plano de Ação Atlântico. Na sua [apresentação](#), recordou o processo seguido e as prioridades do plano de ação. Quanto ao Fundo Europeu Marítimo e das Pescas (FEMP), a Comissão geria diretamente apenas 10%, representando um montante de seis mil milhões de euros. 9% deste orçamento destinava-se ao Crescimento Azul. Um programa de trabalho era publicado anualmente.

Inma Valencia Bayón, do Governo da Cantábria, sublinhou a perspetiva regional na Estratégia Atlântica. Recordou que as Regiões atlânticas, em 2009, antes de ter começado a Presidência espanhola da UE no primeiro semestre de 2010, já tinham adotado uma declaração a favor de um “quadro estratégico atlântico”. Aludiu ao Conselho Europeu de junho de 2010 e ao mandato atribuído à Comissão para adotar uma Estratégia Atlântica. A Estratégia Atlântica foi a primeira estratégia marítima, pilotada pela DG MARE. A Comissão Arco Atlântico constituiu uma referência essencial para a DG MARE, devido à participação ativa nos cinco fóruns realizados entre 2012 e 2013.

DEBATE:

Mikel Irujo, da Comunidade Foral de Navarra, deu conta da sessão organizada na véspera da Assembleia Geral sobre cooperação territorial, com uma apresentação dos programas Interreg, e fez uma pergunta a Andrea Mairate acerca dos 15% dos fundos FEDER destinados a projetos de cooperação. Questionou ainda em que medida uma estratégia marítima podia beneficiar uma Região como Navarra, que não possuía litoral.

Claire Le Tertre, da Região da Bretanha, indagou como poderia a Comissão Europeia agilizar a implementação do programa Interreg Espaço Atlântico, tendo em conta que os projetos não poderiam começar antes de 2017.

Sobre a Estratégia Atlântica, **Pauline Caumont** sublinhou a aspiração por parte da Comissão Arco Atlântico de que a Estratégia fosse macrorregional, o que não se refletia na decisões do Conselho. Recordou as ações do deputado ao Parlamento Europeu Alain Cadec para conseguir estabelecer dois pilares: o marítimo e o terrestre.

Andrea Mairate, sobre a questão dos 15%, explicou que era necessário que a autoridade de gestão aceitasse este princípio e o atribuísse a programas de cooperação com parceiros no exterior da zona. Era preciso demonstrar que a operação era vantajosa para o programa; assinalou que se tratava de uma questão de vontade e que o regulamento o permitia (artigo 70°). Lamentou o atraso no arranque do programa Interreg Espaço Atlântico, e salientou que para agilizar a sua implementação deviam ser atribuídos mais recursos.

Em resposta a Mikel Irujo, **Justine Jury** argumentou que os benefícios seriam para o conjunto da sociedade, e não apenas para os agentes marítimos.

SESSÃO 4 – COMO MELHORAR A SUSTENTABILIDADE DAS ATIVIDADES NO MAR?

Giuseppe Sciacca, *Senior Policy Officer* do Secretariado Geral da CRPM, recordou que a CRPM e as Regiões que a compunham trabalhavam para fomentar um crescimento azul sustentável a nível ambiental, económico e social. Assinalou que a sessão se destinaria à apresentação de exemplos concretos de ações levadas a cabo pelas Regiões da CRPM neste âmbito concreto.

Na sua [apresentação](#), **Carlos Neves**, vice-presidente da CCDR do Norte (Portugal), destacou o papel estratégico desempenhado por Portugal e, em especial pela Região Norte, no desenvolvimento de energias renováveis *offshore*. Apresentou a iniciativa WindFloat, que já chegou à fase pré-comercial. Consistia em 3 ou 4 aerogeradores flutuantes localizados em frente à costa de Viana do Castelo e a sua entrada em funcionamento estava prevista entre 2017 e 2018. WindFloat previa a participação de fundos privados no total de cerca de 100 milhões de euros.

Rosa M^a Quintana Carballo, conselheira do Mar na Junta da Galiza, destacou na sua [apresentação](#) a importância estratégica da pesca e da aquicultura no contexto socioeconómico da sua Região. A Galiza era uma Região dinâmica neste setor ao promover leis regionais de apoio a esta atividade (regulamentação), ao estabelecer normas específicas para a proteção dos recursos marinhos (proteção) e ao gerir de forma inovadora e eficiente as quotas de pesca (gestão).

François Gatel, secretário-geral da “*Association du Grand Littoral Atlantique*” (AGLIA) procedeu a uma [apresentação](#) dos projetos DECIDER e REDRESSE. Executados por AGLIA, estes dois projetos centravam-se, respetivamente, nas interações entre as artes de pesca e o habitat natural atlântico (DECIDER), e na melhoria da capacidade de seleção de determinadas artes de pesca (REDRESSE). O lançamento deste projeto permitiu alcançar muito bons resultados na redução do volume de devoluções em algumas pescarias ativas no golfo da Biscaia. Estes projetos constituíam uma importante “caixa de ferramentas” tanto para os profissionais como para os decisores políticos.

María del Mar Martínez Salmerón, chefe do Serviço de Ordenamento Turístico do Principado das Astúrias, iniciou a sua intervenção com uma apresentação do programa de turismo sustentável do Principado das Astúrias 2020. Apresentou exemplos sobre a criação de serviços turísticos relacionados com a gastronomia e com os sabores do mar (“Astúrias com sabor a mar”, “Rotas com muito gosto”, etc.). Acrescentou que o setor do turismo de cruzeiro contribuía igualmente para a economia local e para melhorar a capacidade de atração do Principado das Astúrias à escala internacional.

DEBATE

Pauline Caumont, sobre as Energias Marinhas Renováveis, anunciou aos participantes que a Comissão Arco Atlântico participaria (através da CRPM) nos trabalhos da plataforma tecnológica sobre a inovação europeia para as energias oceânicas. A CRPM seria membro integrante do Conselho Consultivo da dita plataforma, que tinha previsto iniciar os seus trabalhos no princípio de novembro de 2016.

Christophe Priou afirmou que algumas unidades populacionais de peixes revelavam uma evolução positiva no Atlântico. Solicitou um comentário de François Gatel acerca desta evolução e assinalou que este facto deveria fazer os responsáveis políticos europeus refletir sobre a necessidade de uma revisão consequente do regime de quotas.

François Gatel destacou o importante esforço realizado pelos profissionais mediante a introdução de artes de pesca muito mais seletivas. Quanto à pescada, os ajustes nas quotas não se realizaram de forma proporcional à evolução do *stock*. No golfo da Biscaia, por exemplo, os profissionais deviam respeitar limites máximos de captura muito estritos, o que ameaçava a viabilidade económica das suas atividades.

Giuseppe Sciacca, sobre a introdução da obrigação de desembarque de todas as capturas, perguntou a Rosa M^a Quintana Carballo que iniciativas estavam a ser levadas a cabo pela Galiza para minimizar o impacto socioeconómico derivado da aplicação desta norma da Política Comum das Pescas.

Rosa M^a Quintana Carballo fez notar que a proibição das devoluções e o desembarque obrigatório de todas as capturas representavam uma séria preocupação para a Galiza. Na sua opinião, os profissionais do setor piscatório sofreram uma medida que não compreendiam e que contribuía para o fenómeno paradoxal das “*choke-species*” (espécies bloqueadoras). Lamentou que as decisões tomadas nos Conselhos de Ministros sobre as quotas não levassem suficientemente em conta o impacto socioeconómico no setor. Concluiu insistindo na necessidade de encetar um debate técnico e político que possa suscitar a revisão do princípio de estabilidade relativa.

François Gatel, em relação à política de “devoluções zero”, recordou que a AGLIA estava a trabalhar sobre projetos que estudavam a taxa de sobrevivência de certas espécies para oferecer aos profissionais a possibilidade de derrogar à obrigação de desembarque (para as espécies com elevada taxa de sobrevivência).

Giuseppe Sciacca, sobre o papel desempenhado pela União Europeia na promoção do crescimento azul, solicitou a Carlos Neves e a M^a del Mar Martínez Salmerón exemplos de ações levadas a cabo pelas suas Regiões (nos âmbitos respetivos) que tenham beneficiado do apoio financeiro europeu.

M^a del Mar Martínez Salmerón afirmou que o Principado das Astúrias colaborava com outras Regiões espanholas e europeias para aceder a certos programas europeus destinados a promover o desenvolvimento do setor turístico.

Carlos Neves, vice-presidente da CCDR do Norte (Portugal), recordou que o projeto de protótipo WindFloat fora financiado por fundos privados, contudo, outros projetos regionais, centrados em tecnologias específicas complementares ao desenvolvimento de aerogeradores flutuantes, tinham beneficiado de ajudas europeias (através do programa HORIZONTE 2020).

SESSÃO 5 – INOVAÇÃO E TECNOLOGIAS AZUIS NO ATLÂNTICO

Morgane Lesage, diretora do programa Interreg Espaço Atlântico, afirmou que eram em número de 425 as manifestações de interesse apresentadas na primeira fase da primeira convocatória do programa para o período de 2014-2020. Advertiu que as Regiões atlânticas não ocupavam os lugares mais dianteiros em matéria de investimento em inovação. Insistiu em que o programa aspirava a dar respostas diretas aos reptos dos territórios, bem como ao desenvolvimento de produtos comercializáveis. A inovação estava presente nos objetivos 1.1 e 1.2 do programa.

⇒ Ver a [apresentação PowerPoint](#) de Morgane Lesage

O papel das autoridades públicas no desenvolvimento da inovação e das tecnologias azuis nos territórios – **Laurence Harribey** recordou que a economia azul era uma das chaves para o desenvolvimento das Regiões atlânticas. Constituía uma fonte de novos empregos em setores inovadores permitindo, por seu turno, revitalizar e reforçar os empregos existentes em setores tradicionais. Neste contexto, as Regiões, como atores públicos, deviam, antes de mais, oferecer um quadro regulador favorável, dar apoio financeiro (subvenções ou empréstimos) e propiciar o intercâmbio de experiências.

⇒ Ver a [apresentação PowerPoint](#) de Laurence Harribey

As ações de uma Região sem costas no âmbito das biotecnologias azuis – **Inés Echeverría**, diretora do departamento de Investigação, Desenvolvimento e Inovação do Centro Nacional de Tecnologia e Segurança

Alimentar (CNTA), apresentou o dito centro, associação que reunia 250 empresas, cuja finalidade era fomentar uma maior competitividade da indústria agroalimentar. O CNTA intervinha no desenvolvimento de tecnologias de conservação avançadas, bem como de complementos alimentares derivados da atividade marítima. O centro tinha como objetivo criar métodos de extração e de incorporação destes elementos em outros alimentos. A apresentação ilustrava como atores situados em zonas do interior podiam intervir na cadeia de valor de produtos provenientes do mar.

Para um projeto atlântico sobre biotecnologias azuis – **Stéphanie Bordenave-Juchereau**, professora-Investigadora na Universidade de La Rochelle, apresentou o projeto “Crescimento Azul, Biotecnologia e Saúde” (CB2S), iniciativa promovida pela Universidade de La Rochelle para identificar os atores do setor das biotecnologias azuis e gerar crescimento neste âmbito. O projeto girava em torno de quatro eixos:

1. Federar os atores do campo das biotecnologias azuis para dotar de maior visibilidade a investigação nesta área;
2. Criar um laboratório equipado destinado ao desenvolvimento de produtos correspondentes às necessidades das empresas;
3. Formar na área das biotecnologias azuis mediante a criação de um Mestrado destinado a estudantes, empregados e desempregados, para que as biotecnologias azuis alcancem o mais alto nível. Esta ação foi apresentada como candidata à convocatória “Blue Careers” da Comissão Europeia, e tendo como parceiro a Comissão Arco Atlântico ;
4. Apresentar projetos de investigação conjunta para procurar e encontrar soluções.

⇒ Ver a [apresentação PowerPoint](#) de Stéphanie Bordenave-Juchereau

SESSÃO 6 – CONCLUSÕES

Proposta de criação de uma Task Force de Cooperação Transatlântica

M^a Ángeles Elorza, do País Basco, apresentou o projeto [Task-Force de cooperação transatlântica](#), e retomou as propostas formuladas por algumas Regiões durante a reunião da Mesa Política. Este projeto consistiria, em primeiro lugar, em estudar as possibilidades e interesses de cooperação entre as autoridades regionais da Comissão Arco Atlântico e as da fachada atlântica americana. O País Basco apresentou-se como candidato para coordenar esta Task Force.

As Regiões de Lisboa e Vale do Tejo, de Norte e do Principado das Astúrias confirmaram o seu apoio ao projeto e manifestaram desejo de participar nos trabalhos da Task Force.

Na sequência da aprovação por parte dos membros, **Sébastien Pilard** validou o lançamento desta Task Force, recordando que, na Assembleia Geral de 2017, se procederia a uma avaliação dos resultados. Convidou as Regiões que desejassem participar a dar-se a conhecer ao secretariado da Comissão Arco Atlântico.

Apresentação e votação da Declaração Final

Pauline Caumont apresentou o texto da Declaração Final e enumerou as alterações debatidas na reunião da Mesa Política de 2 de junho. A Declaração Final foi aprovada por unanimidade.

Pauline Caumont recordou que a próxima Assembleia plenária da Comissão Arco Atlântico teria lugar a 3 de novembro de 2016, nos Açores (Ponta Delgada), no âmbito da próxima Assembleia Geral da CRPM.

Sébastien Pilard concluiu a reunião agradecendo uma vez mais a Navarra o acolhimento reservado. Recordou o compromisso da Região do País do Loire para com o trabalho da Comissão Arco Atlântico, um espaço de cooperação único e imprescindível no cerne do projeto europeu. Insistiu na importância desta rede para proporcionar uma imagem mais concreta de uma Europa que apresentava soluções. Recordou a necessidade de uma abordagem pragmática das ações, com resultados concretos e visíveis. Para terminar, manifestou a firme convicção de que a Comissão Arco Atlântico constituía uma plataforma ideal para levar a cabo projetos relacionados com o mar, centro dos grandes reptos do século XXI.

Sébastien Pilard agradeceu a participação aos delegados e a organização exemplar de esta Assembleia Geral ao Governo de Navarra. Concluiu a reunião convidando as Regiões membros para a Assembleia Geral de 2017, que se realizaria na Região do País do Loire.